
FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O ENDIVIDAMENTO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NORTELÂNDIA-MT NO ANO DE 2025

PERSONAL FINANCE: A STUDY ON FINANCIAL EDUCATION AND
INDEBTEDNESS OF TEACHERS IN THE MUNICIPAL SCHOOL SYSTEM OF
NORTELÂNDIA-MT IN 2025

Ciências Sociais Aplicadas • 03/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/775261394](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/775261394)

Jeanderson Souza de Oliveira¹

Cleyton Vilmar de Oliveira Zucchi²

RESUMO

O acesso facilitado ao crédito e a ausência de preparo para lidar com questões financeiras têm contribuído significativamente para o aumento do endividamento pessoal no Brasil. Este estudo teve como objetivo analisar a percepção sobre educação financeira e o nível de endividamento entre os professores da rede municipal de ensino de Nortelândia-MT. A pesquisa revelou que a maioria dos docentes possui algum tipo de dívida e apresenta alto comprometimento da renda mensal com obrigações financeiras. Embora parte dos professores adote práticas básicas de planejamento, observou-se baixo domínio sobre conceitos como juros compostos e investimentos, além de uma limitada participação em cursos formais sobre finanças. Também foi identificada a ausência de reserva de emergência e o uso pouco frequente de ferramentas de controle orçamentário. Apesar disso, os respondentes demonstraram disposição em participar de políticas públicas de educação financeira e reconheceram a importância desse conhecimento para melhorar sua gestão financeira pessoal. O estudo aponta para a necessidade de ações estruturadas de formação continuada voltadas à alfabetização financeira no setor público, com potencial para transformar os professores em agentes multiplicadores dessa prática.

Palavras-chave: Educação financeira. Endividamento. Servidores públicos. Planejamento financeiro. Professores municipais.

ABSTRACT

The widespread availability of credit and the lack of preparation to manage personal finances have significantly contributed to the rising levels of individual debt in Brazil. This study aimed to analyze the perception of financial education and the level of indebtedness among public school teachers in the municipality of Nortelândia-MT.

The research revealed that most teachers are in debt and have a high percentage of their monthly income committed to financial obligations. Although some participants adopt basic financial planning practices, there is limited knowledge regarding key concepts such as compound interest and investment options, as well as low participation in formal financial education programs. A lack of emergency savings and the infrequent use of budgeting tools were also identified. Despite these gaps, respondents demonstrated a willingness to engage in public financial education initiatives and acknowledged their importance in improving personal financial management. The study highlights the need for structured and continuous financial literacy programs targeted at public sector educators, with the potential to transform teachers into multipliers of financial knowledge.

Keywords: Financial education. Indebtedness. Public servants. Financial planning. Municipal teachers.

1. INTRODUÇÃO

É cada vez mais constante o tema educação financeira na sociedade, a maioria das vezes sendo destacadas as consequências da ausência dela na esfera social. Grande parte dos indivíduos se apresenta completamente despreparados para enfrentar o mundo financeiro, com um cenário onde o consumo se destaca mais que a poupança, a educação financeira deve ser utilizada como estratégia para solucionar esses problemas para os indivíduos e até mesmo do país, contribuindo para que não se tenha uma geração de devedores inconsequentes.

Dessa forma a educação financeira é a ferramenta e o ponto de partida para os indivíduos serem mais conscientes, ativos, e mais

organizados, em suas finanças pessoais e até mesmo contribuindo para o desenvolvimento do País. Um dos problemas está relacionado no aprendizado sobre educação financeira e os demais conceitos envolvidos.

Segundo a OCDE (2005), a educação financeira é o processo pelo qual indivíduos e sociedades aprimoram sua compreensão sobre produtos e conceitos financeiros, desenvolvendo, por meio de informação, formação e orientação, os valores e competências necessários para fazer escolhas conscientes, saber onde buscar ajuda e adotar ações que melhorem seu bem-estar financeiro. Nesse sentido, a educação financeira abrange tanto o domínio de conceitos como juros, crédito e investimento, quanto o desenvolvimento de habilidades práticas para a tomada de decisões cotidianas relacionadas ao dinheiro.

A insuficiência de educação financeira pode favorecer o surgimento do endividamento, ao limitar a capacidade dos indivíduos de planejar, controlar gastos e tomar decisões financeiras adequadas; esse quadro pode evoluir para a inadimplência, entendida como o não cumprimento das obrigações assumidas nos prazos estabelecidos, e, em situações mais críticas, pode culminar no sobre-endividamento, caracterizado pela incapacidade duradoura de o devedor honrar suas dívidas de forma integral, comprometendo sua estabilidade financeira, sendo esse processo frequentemente associado à baixa alfabetização financeira, conforme evidenciam Annamaria Lusardi e Olivia S. Mitchell (2014).

De acordo com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), cerca de 77% das famílias brasileiras estavam endividadas em 2023, com a inadimplência atingindo níveis

alarmantes. Esse cenário é impulsionado por fatores como a inflação elevada e o aumento do custo de vida. Dentro desse contexto, os servidores públicos também enfrentam desafios específicos; embora frequentemente tenham salários estáveis, muitos são vulneráveis a dívidas excessivas devido a compromissos financeiros elevados e à falta de educação financeira. Dados do Sindicato dos Professores de São Paulo indicam que cerca de 50% dos professores da rede pública relataram estar endividados, evidenciando que essa situação é particularmente crítica nessa categoria, que muitas vezes enfrenta salários baixos e condições financeiras desafiadoras, o que torna o endividamento uma questão urgente que merece atenção especial.

O endividamento dos servidores públicos e seus efeitos negativos levam não somente à má performance individual; seus impactos podem atingir maior escala, impactando o bom desempenho de todo um segmento/órgão, tendo potencial para prejudicar o funcionamento e a própria economia de todo um país (Souza, 2015).

Kotler e Keller (2006) admitem que essa contração de dívidas devido às possibilidades de crédito pode sofrer influência de fatores pessoais e sociais, sendo que fatores culturais fazem parte da educação financeira e hábitos de consumo, em seu contexto social e estilo de vida como status. Deste modo, é importante verificar esse comportamento nas diversas categorias de servidores públicos, em diversos locais diferentes.

No campo dos estudos sobre endividamento de servidores e funcionários públicos, não se encontrou pesquisas diretamente relacionadas aos servidores públicos de Nortelândia, especialmente da área da educação. Assim, selecionando a categoria profissional de professores da rede municipal, pergunta-se: Qual o nível de

educação financeira e o grau de endividamento dos professores da rede municipal de Nortelândia?

A educação financeira pessoal é fundamental para a sociedade, pois influencia de forma imparcial e direta as decisões econômicas e financeiras das pessoas e das famílias. Lusardi e Mitchell (2014) demonstram empiricamente que indivíduos com maior nível de literacia financeira apresentam melhor gestão de dívidas, maior propensão ao planejamento de longo prazo e decisões econômicas mais sólidas ao longo do ciclo de vida, contribuindo para a redução do endividamento e para o fortalecimento da segurança financeira futura.

Para se tomar decisões financeiras corretas, é necessário buscar o aprendizado sobre a educação financeira. A carência de conhecimento, por parte da população, compromete as decisões importantes, causando consequências inferiores ao desejado, pois as pessoas mais informadas criam um mercado mais competitivo e eficiente condizentes com suas decisões e necessidades financeiras.

A qualidade das decisões financeiras pode influenciar toda a economia do país, e estão fortemente ligadas a problemas relacionados com a inadimplência, o endividamento familiar e a falta de capacidade de planejamento de longo prazo e longo prazo. Além disso, a falta de educação financeira aliada à facilidade de acesso ao crédito tem levado muitos a se endividarem profundamente, privando-os de parte de sua renda por conta das parcelas mensais e reduzindo sua capacidade de consumir produtos que possam lhe trazer satisfação.

No campo acadêmico, a pesquisa enriquece a literatura sobre a formação de professores e sua capacidade de gerir recursos financeiros. Além disso, ao investigar um tema que ainda carece de estudos aprofundados na realidade local, a pesquisa poderá gerar dados que servirão como base para futuras investigações, possibilitando a construção de um conhecimento mais robusto e contextualizado.

Ademais, ao identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores, a pesquisa pode subsidiar políticas públicas voltadas para a melhoria das condições financeiras desses profissionais, promovendo uma educação de qualidade e contribuindo para a valorização da carreira docente.

A partir dos resultados, poderão ser desenvolvidas políticas públicas de educação financeira que atendam às suas demandas, promovendo a conscientização sobre gestão financeira e, conseqüentemente, ajudando a mitigar o endividamento. Essa pesquisa se propõe a ser um instrumento de empoderamento, oferecendo aos professores ferramentas e conhecimentos que poderão impactar positivamente suas vidas financeiras e, por extensão, suas práticas educativas.

Este trabalho teve por objetivo geral analisar a percepção da educação financeira e o nível de endividamento dos professores da rede municipal de Nortelândia. Teve por objetivos específicos em identificar o perfil dos professores da rede municipal de Nortelândia; investigar os fatores socioeconômicos, familiares e profissionais que influenciam o endividamento dos professores e verificar o conhecimento dos professores sobre conceitos básicos de educação financeira.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Planejar é condição básica para uma gestão eficiente e eficaz dos recursos organizacionais. Na área financeira em que estão envolvidas as decisões relacionadas a investimentos, financiamentos e distribuição dos lucros empresariais, a tarefa de planejar serve para guiar a organização no alcance de seus objetivos (SEBRAE, 2023).

O planejamento financeiro pessoal é fundamental para manter uma situação financeira saudável e atender às necessidades financeiras futuras. Em essência, o planejamento financeiro pessoal é um processo de gerenciamento de riqueza pessoal para obter satisfação econômica. Isso abrange seis áreas de planejamento financeiro, ou seja, planejamento de fluxo de caixa, planejamento tributário, planejamento de investimentos, gerenciamento de riscos, planejamento imobiliário e planejamento de aposentadoria (Correia, Lucena e Gadelha, 2014).

Idealmente, o planejamento financeiro abrangente deve envolver todas as seis áreas. No entanto, o estágio específico da vida de um indivíduo, como aposentados, e as realidades da vida, como a contenção, podem ditar o foco principal e/ou a relevância dessas áreas. Por exemplo, os aposentados podem não estar ativamente envolvidos no planejamento tributário e um trabalhador demitido pode não estar em posição de se envolver no planejamento de investimentos. Mais importante, o planejamento financeiro pessoal é um conceito profundo que reflete teoricamente e protege na prática a resiliência financeira dos indivíduos e, portanto, pode ser entendido a partir de duas lentes únicas: acadêmica e prática (Fernandes; Candido, 2014).

Do ponto de vista da prática, Palmer et al. (2009) argumentaram que é necessário desenvolver um planejamento financeiro para cada indivíduo que possa lidar com a incerteza do ambiente econômico. Hanna e Lindamood (2010) defendem que o planejamento financeiro pessoal pode fornecer aos indivíduos benefícios econômicos suficientes, como aumentar a riqueza, evitar perdas financeiras e consumo suave. No entanto, muitos indivíduos carecem de capacidade financeira, habilidades e conhecimentos suficientes para serem capazes de gerenciar efetivamente suas finanças pessoais.

Com o tempo, a sociedade enfrenta desafios crescentes de alto custo de vida e várias dificuldades financeiras, dado o constante desenvolvimento da complexidade em questões financeiras. A capacidade dos indivíduos de administrar suas finanças pessoais e assuntos financeiros tem ganhado atenção em todo o mundo, em que ser financeiramente saudável é priorizado pelos indivíduos em suas vidas (Silva, 2012).

Os mercados financeiros em todo o mundo tornaram-se mais digitais, fáceis de usar, abrangentes e prontamente disponíveis nos últimos anos. Infelizmente, a falta de conhecimento dos indivíduos sobre conceitos financeiros fundamentais pode levar a decisões financeiras abaixo do ideal. Isso destaca a necessidade de os indivíduos estarem equipados com a educação financeira (Giaretta, 2011).

Cerbasi (2004) destaca a importância de uma educação financeira sólida para a construção de uma relação saudável com o dinheiro, promovendo tanto o equilíbrio financeiro quanto a qualidade de vida. Em sua obra, ele afirma que a educação financeira é a

habilidade de usar o dinheiro a seu favor, para que ele trabalhe para você e não o contrário.

A Educação Financeira vem para conectar os distintos tempos, referindo as ações do presente uma responsabilidade pelas consequências do futuro. É muito importante contemplar ao planejamento os sonhos, eles também podem ser de curto, médio e longo prazo, considera como curto prazos os sonhos que você deseja realizar em até um ano; médio prazo, até dez anos; longo prazo, acima de dez anos (SEBRAE, 2023).

A educação financeira tem recebido atenção significativa nos últimos anos. O rescaldo de grandes crises financeiras, como a crise asiática de 1998, a crise global de 2007-2009 e a crise da dívida soberana europeia de 2012, aumentou substancialmente o seu apelo. O cenário em evolução dos planos de poupança para aposentadoria, juntamente com o aumento da expectativa de vida, enfatiza ainda mais a necessidade de alfabetização financeira como uma ferramenta crítica para os indivíduos e a sociedade gerenciarem as finanças e se protegerem contra fraudes (Pereira e Lima, 2017).

A educação financeira está entre os que compõem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se do conjunto de conhecimentos entendidos como essenciais para o fortalecimento da cidadania e voltados para ajudar a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes, como conceitos básicos de economia e finanças, podendo serem discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e imposto (Brasil, 2018).

Portanto, governos, bancos, funcionários, grupos comunitários, mercados financeiros e outras instituições, além de indivíduos, estão cada vez mais preocupados com a alfabetização financeira, particularmente nos países em desenvolvimento. A alfabetização financeira também inclui a capacidade de analisar informações financeiras e aceitar a responsabilidade pelas escolhas feitas com base nessa análise. Indivíduos financeiramente alfabetizados podem gerenciar com eficácia as despesas diárias, construir uma rede de segurança financeira, planejar a educação de seus filhos e garantir seus anos pós-aposentadoria (Correia; Lucena; Gadelha, 2014).

O tema da educação financeira subiu ao topo das discussões políticas devido à sua importância ao longo do ciclo de vida de uma pessoa e às deficiências documentadas no cumprimento até mesmo dos requisitos básicos de alfabetização financeira. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar (Pereira; Lima, 2017).

Em 2024, o deputado Marcos Tavares (PDT-RJ) propôs o Projeto de Lei 2.747/24 que busca instituir a educação financeira como disciplina obrigatória no currículo em todos os níveis da educação básica das escolas públicas e particulares do Brasil. O projeto responde a desafios econômicos contemporâneos, incluindo o endividamento e a falta de planejamento financeiro das famílias. Esse conhecimento, aplicado desde os anos iniciais, prepara os jovens para um mercado cada vez mais exigente e orientado para o consumo, fortalecendo também a economia nacional ao incentivar cidadãos mais conscientes e responsáveis financeiramente.

Assim, a educação financeira é uma maneira de que os alunos desenvolvam a habilidade integral do ser humano, com a finalidade de tomar decisões, tornando responsável pelos seus atos usando os seus recursos para viver bem e de maneira equilibrada (Lizote; Simas; Lana, 2012).

Segundo a Serasa (2021), dívida diz respeito à obrigação ou compromisso que uma pessoa tem de pagar algo a alguém, portanto, endividamento significa o ato de contrair obrigações, ainda que o pagamento da obrigação esteja em dia com o acordado. De acordo com a Pesquisa de Endividamento 2021 realizada pelo Serasa, o impacto do endividamento no bem-estar dos brasileiros é significativo. A pesquisa revelou que 88% dos brasileiros já sentiram vergonha em algum momento devido às dívidas, e 85% relataram sofrer de insônia ou dificuldades para dormir pelo mesmo motivo. Esses dados indicam como as consequências do endividamento afetam diretamente a saúde emocional e a autoestima dos indivíduos.

As principais causas do endividamento foram o desemprego, que afetou 30% dos respondentes, seguido pelo ato de emprestar o próprio nome para terceiros, mencionado por 11%, e pela falta de controle financeiro, que foi responsável por 9% dos casos. Esses fatores refletem as dificuldades econômicas enfrentadas por muitas famílias, especialmente em um contexto de desemprego e instabilidade financeira.

Entre os tipos de dívida mais comuns, o cartão de crédito é o principal motivo de inadimplência, sendo citado por 53% dos participantes. Em seguida, 34% apontaram as contas de lojas —

como crediários, carnês e cartões de loja — como as principais dívidas.

A pesquisa também destacou a diferença de perspectiva entre homens e mulheres quanto à possibilidade de quitar suas dívidas. Entre as mulheres, apenas 56% acreditam que conseguirão resolver suas pendências financeiras, enquanto entre os homens, esse índice é de 63%. Além disso, a pandemia teve um impacto direto na condição financeira de 64% dos brasileiros, acentuando ainda mais os desafios do endividamento e a importância de estratégias de educação financeira para ajudar a população a lidar com esses problemas.

A vulnerabilidade financeira tem sido amplamente definida como a situação vivida por famílias ou consumidores que têm alto endividamento em relação à renda, especialmente quando se trata de dívidas de consumo e empréstimos não garantidos e/ou capacidade limitada de retribuir. Em setembro de 2024, houve leve aumento no número de pessoas endividadas. Após uma queda em agosto, o volume de endividados voltou a subir, alcançando 72,64 milhões.

Em contraste com essa conceitualização estreita que associa a vulnerabilidade financeira do consumidor ao alto endividamento, outros autores qualificam as famílias como frágeis se não puderem se dar ao luxo de fazer suas atividades favoritas, como comer fora com a família e amigos, tirar férias ou fazer atividades de lazer (Teló, 2019).

Os consumidores não endividados também podem ser considerados frágeis quando não conseguem arcar com uma

despesa inesperada, pagar as contas ou pagar suas contas de serviços públicos. Além disso, a possível exposição a choques econômicos adversos, como mudanças nas taxas de juros, correção dos preços dos ativos ou desemprego repentino pode deixar as famílias em uma posição financeiramente vulnerável. Assim, o termo “vulnerabilidade financeira” é muito multifacetado, complexo, dinâmico e evasivo (Correia; Lucena; Gadelha, 2014).

A estabilidade do sistema financeiro também depende da capacidade das famílias de cumprir suas obrigações financeiras. Além disso, as famílias financeiramente frágeis tendem a sofrer privações, o que pode eventualmente levar ao absentismo e à baixa produtividade no trabalho, bem como à exclusão financeira (Daud et al., 2019).

De acordo com Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, na Pesquisa de Endividados e Inadimplência do Consumidor (PEIC), os principais fatores para o alto nível de endividamento nas famílias são: cheque, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguros (PEIC, 2018).

Existem diversos fatores que podem ser responsáveis pelos altos níveis do endividamento dos brasileiros, como por exemplo, status social, consumismo, prazer entre outros. Segundo Trindade, Righi e Vieira (2012), o endividamento aparece como decorrência do consumo de bens e serviços, de maneira crônica e isso afeta a renda das pessoas ao ponto de não haver condições de honrar os compromissos.

Para Santos (2012) a melhor maneira de se evitar o endividamento é consumir de modo planejado e consciente, não significa cortar os gastos e deixar de comprar, mas, sim, somente comprar conforme a necessidade. Portanto é necessário definir quais a prioridade básica para o cotidiano, dessa maneira, é essencial que as pessoas tenham conhecimento de suas necessidades e assim atendê-las de modo equilibrado.

Brito (2014) que realizou um estudo sobre o endividamento com os usuários do Facebook na cidade de Campina Grande – PB, contemplando um total de 115 pessoas e verificou-se que o cartão de crédito e a falta de planejamento são as principais causas do endividamento levantado. Na pesquisa foi possível identificar que para se manter uma boa saúde financeira os entrevistados elencaram como a principal alternativa com 22% é procurar pagar as contas em dia, seguido por pesquisa de preço antes da compra com 20% e o 16% afirmaram que o melhor a se fazer para manter a saúde financeira é o orçamento.

A procura pela contratação do empréstimo consignado está relacionada à solução de uma necessidade pessoal ou familiar, seja a compra de um bem, tratamento de saúde, abrir um negócio, pagamento de dívida, entre outros, em que o interesse para resolver exige um aporte financeiro e o valor do salário recebido é insuficiente. Dessa maneira, os serviços bancários de oferta de crédito apresentam-se como uma “oportunidade” para que o trabalhador possa solucionar as necessidades imediatas que surgem no decorrer do tempo; no caso dos docentes, a contratação do empréstimo consignado aparece com uma grande alternativa em relação aos outros tipos de crédito ao servidor público (Daud et al., 2019).

No campo acadêmico, Silva (2019) investigou a relação entre educação financeira e endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará (UFC), considerando variáveis como gênero, idade, renda e escolaridade. A pesquisa revelou que maior conhecimento financeiro tende a reduzir o endividamento, com as mulheres apresentando maior incidência nos níveis críticos de dívidas. A faixa etária de 31 a 55 anos mostrou maior frequência de endividamento, enquanto menores índices foram observados em servidores com rendas mais altas e maior escolaridade, ainda que de forma sutil.

No estudo de Guzatti e Peres (2022), buscou-se diagnosticar o perfil financeiro dos docentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Tangará da Serra. Utilizando uma abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, o estudo realizou um levantamento por meio de questionários. Os resultados indicaram que fatores demográficos, como estado civil e número de dependentes, não influenciam os níveis de poupança entre os docentes. No perfil de investimentos, os professores foram classificados como conservadores, preferindo opções de baixo risco e menor retorno financeiro. Observou-se também que, embora apresentem boas práticas para o controle do endividamento, há aspectos na educação financeira que ainda podem ser aprimorados.

Jordanus, Oliveira e Nascimento (2018) investigaram o endividamento dos professores do ensino fundamental da rede municipal de Manaus, buscando entender o perfil financeiro desse grupo, as principais modalidades de crédito utilizadas e a relação entre educação financeira e nível de endividamento. Baseado em dados da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), o estudo

selecionou uma amostra com 95% de confiança e 5% de erro amostral e aplicou questionários diretamente aos professores. Os resultados revelaram que o planejamento financeiro é insuficiente para uma vida financeira saudável, e que a má gestão orçamentária é um fator determinante para o endividamento. Além disso, constatou-se uma insatisfação dos professores em relação à sua renda.

3. MÉTODO

A pesquisa científica é um processo sistemático e metódico que visa a produção de conhecimento por meio da observação, descrição e análise de fenômenos, buscando respostas a questões específicas dentro de uma área de estudo. Segundo Gil (2002), essa produção deve ser fundamentada em uma base teórica sólida e seguir rigorosos métodos de investigação, permitindo que os pesquisadores validem suas hipóteses com evidências empíricas. Essa abordagem não apenas contribui para a ampliação do conhecimento, mas também promove a reflexão crítica sobre os dados obtidos, incentivando o diálogo e a troca de ideias no âmbito acadêmico e na sociedade como um todo.

Quanto a abordagem, a pesquisa caracterizou-se como qualiquantitativa. A escolha pela abordagem se justificou pela necessidade de mensurar os fenômenos estudados e, ao mesmo tempo, compreender as nuances e contextos que os dados quantitativos por si só não captam. Segundo Creswell (2014, p. 16), essa metodologia integra a coleta de dados qualitativos e quantitativos em um único estudo, possibilitando uma compreensão mais profunda do fenômeno em questão.

Em relação ao ponto de vista dos seus objetivos, classificou-se como descritiva. De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como finalidade a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência, pode estabelecer relações entre variáveis. A pesquisa descritiva proporciona uma nova visão sobre uma realidade já conhecida.

A coleta de dados foi realizada através de questionários estruturados aplicados aos colaboradores dessa pesquisa. Os questionários são instrumentos de pesquisa que permitem a obtenção de informações de forma padronizada, facilitando a análise estatística dos dados coletados (Gil, 2008, p. 120). As questões fechadas serão elaboradas para captar informações sobre o endividamento e à educação financeira dos professores da rede municipal de ensino de Nortelândia.

Para o embasamento, foi realizada será uma revisão de literatura, utilizando-se de livros, dissertações e artigos científicos selecionados e posteriormente, será realizada coleta de dados por meio de questionários. Assim, quanto aos procedimentos, a pesquisa classificou-se como pesquisa de campo. De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 186), “a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se quer comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

A população estudada foi composta pelos 36 professores das duas escolas públicas municipais de Nortelândia – MT, os dados foram coletados por meio de formulários distribuídos aos professores nas escolas do município, por meio eletrônico. A amostra compôs 22

efetivos respondentes. O tratamento e análise dos dados foi realizado por meio de gráficos e tabelas. O questionário foi produzido de forma padronizada sendo composto por questões fechadas, com tópicos voltados para conhecer o perfil do entrevistado, o conhecimento sobre educação financeira, o nível do endividamento e as condições para quitar as dívidas.

Os questionários foram elaborados com base em instrumentos validados na literatura, garantindo sua adequação aos objetivos do estudo. A escolha desse instrumento se justificou pela possibilidade de coletar informações padronizadas e quantificáveis, essenciais para a análise quantitativa do problema (Gil, 2008).

A escolha do questionário eletrônico foi via Google Forms que foi respaldada pela sua conveniência, facilidade de distribuição e possibilidade de alcançar muitos respondentes de forma rápida e eficiente. Além disso, a plataforma oferece recursos de análise de dados que facilitarão a interpretação dos resultados. O questionário foi composto por questões fechadas, com tópicos voltados para conhecer o perfil do entrevistado, composto por uma série ordenada de perguntas que são respondidas na ausência do entrevistador. Além de garantir o anonimato, os questionários são a forma mais rápida de obter informações (Gil, 2002).

Os dados coletados por meio dos questionários foram analisados utilizando técnicas de estatística descritiva, analisando-se a média, desvio padrão, frequências e percentuais. Os dados serão sistematizados e apresentados em tabelas e gráficos.

Os resultados foram apresentados de forma clara e objetiva, com base nas análises realizadas, permitindo uma análise comparativa

entre diferentes perfis de endividamento, como tipo de dívida e tempo de pagamento, de modo a identificar possíveis relações entre esses fatores e o nível de educação financeira dos professores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra é composta por professores da rede municipal de Nortelândia-MT, cuja estatística descritiva do perfil pessoal e profissional está descrita na Tabela 1. Os dados foram previamente tratados com o método IQR, garantindo maior confiabilidade às estatísticas descritivas apresentadas (mínimo, máximo, média, mediana e desvio padrão). O método do intervalo interquartil (IQR) é uma técnica estatística utilizada para identificar e tratar valores atípicos (outliers) em um conjunto de dados (Triola, 2015).

Tabela 1 – Estatística Descritiva

| Variável | Mínimo | Máximo | Média | Mediana | Desv Padrô |
|-----------------------|--------|--------|-------|---------|------------|
| Idade | 27 | 53 | 38,95 | 37 | 7,19 |
| Número de Filhos | 0 | 3 | 1,4 | 1 | 0,94 |
| Pessoas na Residência | 1 | 7 | 3,32 | 3 | 1,46 |
| Tempo de Casório | 0,08 | 9 | 2,73 | 3 | 2,32 |

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/financas-pessoais-um-estudo-sobre-a-educacao-financeira-e-o-endividamento-dos-professores-da-rede-municipal-de-ensino-de-nortelandia-mt-no-ano-de-2025?noblockage>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A idade média dos respondentes é de 38,95 anos, com mediana de 37 anos e variação de 27 a 53 anos. Essa distribuição é compatível com os estudos de Oliveira e Souza (2021) e Barros e Silva (2021), que indicam que os profissionais da educação pública municipal tendem a estar concentrados na fase de meia-idade, associada à consolidação profissional e familiar.

O número médio de filhos é de 1,4, com mediana de 1 e variação de 0 a 3 filhos, o que reflete um padrão familiar comum às classes médias urbanas brasileiras, conforme observado por Silva et al. (2020). Já o número de moradores por residência tem média de 3,32 pessoas, variando entre 1 e 7, o que revela lares formados, majoritariamente, por núcleos familiares pequenos ou médios.

O tempo médio de atuação na rede municipal é de 2,73 anos, com desvio padrão de 2,33 anos, mediana de 3 anos e variação entre 0,08 e 9 anos. Esses dados indicam uma composição heterogênea de profissionais, reunindo tanto servidores recém-ingressos quanto aqueles com maior tempo de experiência. Esse padrão de diversidade temporal, conforme apontam Carvalho, Santos e Lima (2023), é característico de municípios de médio porte com ingresso recorrente de docentes por concurso público.

Por fim, o salário líquido médio é de R\$ 4.597,92, com mediana de R\$ 4.535,00, desvio padrão de R\$ 686,58 e variação de R\$ 3.700,00 a R\$ 6.170,32. Esses valores mostram uma dispersão salarial moderada, alinhada aos patamares praticados no magistério municipal. Como destacam Oliveira e Pontes (2022), embora o vínculo público proporcione estabilidade, a remuneração raramente supre, de forma

plena, as exigências familiares, especialmente diante do fácil acesso ao crédito. Em termos de nível de escolaridade, a maioria possui especialização e até mestrado. Em relação à situação de moradia, existe uma grande variedade de tipos de residências, desde financiadas até alugadas ou cedidas, com um número significativo morando em imóveis alugados (63%). Isso pode refletir diferentes condições econômicas e está diretamente ligado ao poder aquisitivo de cada um.

O endividamento aparece como uma realidade que afeta 72,7% dos professores entrevistados, percentual que revela uma situação preocupante, considerando-se a estabilidade funcional do serviço público. Esse dado é coerente com estudos como os de Oliveira e Pontes (2022), que analisaram o endividamento dos servidores públicos brasileiros e apontaram que a facilidade de acesso ao crédito consignado, combinada à ausência de educação financeira, é um dos principais vetores para o crescimento do endividamento nesse grupo. A pesquisa revelou que os principais tipos de dívidas são financiamentos, que representam 43,8% dos casos, seguidos por crédito consignado com 25%, cartão de crédito com 18,8% e carnês com 12,5%, o que evidencia uma forte dependência de linhas de crédito formalizadas.

No que se refere à origem das dívidas, 42,1% foram classificadas como “outros”, seguidas por transporte com 31,6%, moradia com 15,8% e alimentação com 10,5%. A expressiva participação da categoria transporte como origem do endividamento indica uma forte relação com aquisição e financiamento de veículos, corroborando o que apontam Carvalho, Santos e Lima (2023) e também Gouveia, Lima e Araújo (2021), que identificaram que, para os servidores públicos, o acesso ao crédito frequentemente está

associado à melhoria do conforto pessoal, especialmente pela compra de automóveis.

O comprometimento da renda dos professores é elevado e preocupante. A pesquisa apontou que 35% dos docentes comprometem entre 31% e 60% da sua renda líquida mensal com dívidas, enquanto 30% comprometem entre 61% e 90% e 5% estão em situação de comprometimento extremo, utilizando entre 91% e 100% da renda exclusivamente para pagamento de dívidas. Apenas 30% encontram-se em uma situação mais estável, com comprometimento entre 1% e 30%, valor este que o Banco Central (2022) recomenda como teto seguro para manter a saúde financeira.

Apesar desse quadro, 70% dos professores afirmam que todas as suas contas estão em dia, enquanto 20% dizem que a maioria das dívidas está regularizada. No entanto, 5% relataram que a maioria das dívidas está em atraso e outros 5% afirmaram que todas estão em atraso, o que configura um grupo em situação de risco financeiro severo.

Quando questionados sobre a capacidade de quitação das dívidas, apenas 19% responderam que conseguiriam quitá-las totalmente, 38,1% afirmaram que poderiam quitá-las em parte, 23,8% não possuem dívidas em atraso e 9,5% afirmaram que não sabem avaliar, enquanto outros 9,5% reconhecem que não possuem condições de quitar suas dívidas

Com relação à influência familiar no endividamento, os resultados apresentados indicam que 73,7% dos professores classificaram como “muito ruim” a influência dos problemas familiares no seu endividamento, enquanto apenas 5,3% avaliaram essa influência

como “excelente”, demonstrando um impacto negativo substancial. Esse achado reforça a literatura que aponta que conflitos e dificuldades familiares tendem a agravar a vulnerabilidade financeira, interferindo diretamente na capacidade de planejamento e controle das finanças pessoais (Daud et al., 2019).

Ademais, a pesquisa revelou que a família influencia as finanças pessoais de diversas maneiras: 38,1% relataram que a família compartilha despesas, 19% afirmaram que a família ajuda financeiramente, e 42,9% indicaram que não há influência significativa. Esses dados refletem uma divisão nas práticas familiares: enquanto uma parte das famílias atua como rede de apoio, contribuindo para aliviar as pressões financeiras, outra parcela mantém uma atuação indiferente ou limitada, o que pode deixar o indivíduo mais exposto ao endividamento (Menezes et al., 2020).

A prevalência de percepções negativas sobre a influência familiar pode estar relacionada a padrões tradicionais de organização familiar, nos quais o professor é visto como o principal responsável financeiro do núcleo familiar. Esse fenômeno é amplamente discutido por Nascimento, Almeida e Lima (2021), que destacam que a sobrecarga financeira sobre um único membro da família aumenta os níveis de estresse e reduz a capacidade de tomar decisões financeiras racionais, potencializando o endividamento.

Outro ponto importante a ser destacado é que, embora 38,1% das famílias compartilhem as despesas, isso nem sempre significa alívio financeiro. Muitas vezes, a divisão das contas ocorre em um contexto de insuficiência de renda, no qual todos os membros precisam contribuir para manter o orçamento doméstico, sem, contudo, evitar o acúmulo de dívidas (Goes; Teixeira, 2022). Isso se agrava quando se

considera que 86,4% dos professores relataram não possuir outra fonte de renda além do salário, tornando a situação ainda mais vulnerável.

Os dados também indicam que uma parcela significativa dos professores enfrenta dificuldades familiares que impactam diretamente na sua vida financeira. Segundo Silva (2019), questões como separações, doenças na família e dependência econômica de outros membros são fatores que podem aumentar o risco de endividamento, especialmente em famílias que vivem com orçamentos restritos.

Além disso, observa-se que 19% dos professores recebem ajuda financeira de familiares, indicando que, mesmo entre servidores públicos, há necessidade de recorrer a parentes para suprir déficits no orçamento doméstico. Esse dado confirma que o apoio financeiro familiar pode atuar como um mecanismo de proteção social informal, mas também pode gerar dependência e ampliar conflitos (Daud et al., 2019).

Por fim, os resultados corroboram a ideia de que o ambiente familiar exerce um papel ambivalente na gestão das finanças pessoais. De acordo com Lusardi e Mitchell (2014), a ausência de diálogo financeiro saudável no núcleo familiar e a falta de educação financeira conjunta entre os membros aumentam os riscos de decisões financeiras impulsivas e mal planejadas, perpetuando ciclos de endividamento.

O dado mais sensível identificado é que 68,2% dos entrevistados não possuem nenhuma reserva de emergência, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade financeira, pois qualquer evento inesperado, como

despesas médicas, acidentes ou desemprego de algum membro da família, pode gerar ainda mais dependência de crédito. Esse quadro está alinhado aos achados de Silva e Santos (2021), que evidenciam que a ausência de reserva de emergência é um dos principais fatores que perpetuam ciclos de endividamento no setor público.

Apesar disso, quando questionados sobre a influência do estresse profissional sobre o endividamento, a maioria dos professores indicou que não percebe essa relação como determinante. Cerca de 60% atribuíram nota 1, representando baixo impacto, enquanto 15% atribuíram nota 2 e 10% nota 3, o que sugere que os professores reconhecem que o problema reside, em maior medida, na falta de planejamento e no uso inadequado do crédito, e não diretamente em fatores laborais.

Destaca-se que 59,1% dos professores não utilizam qualquer ferramenta, seja física ou digital, para controle financeiro, enquanto apenas 40,9% fazem uso dessas ferramentas, como planilhas, aplicativos ou cadernos de controle. Isso indica uma deficiência clara na adoção de mecanismos que poderiam auxiliar na organização das finanças pessoais. A ausência desse hábito revela uma tendência à gestão financeira informal e pouco estruturada, fato que contribui para a perpetuação do endividamento, como apontam Menezes et al. (2020) e Lusardi e Mitchell (2014).

A frequência de planejamento do orçamento pessoal também se mostra baixa. Apenas uma parte minoritária dos respondentes declara planejar seu orçamento com regularidade, enquanto uma parcela significativa afirma fazê-lo apenas às vezes, raramente ou nunca. Quando se busca compreender os motivos que levam os professores a não realizarem o planejamento financeiro, destacam-

se como principais razões a falta de conhecimento, indicada por 42,9% dos entrevistados, seguida pela falta de disciplina e pela dificuldade em controlar os próprios gastos.

O nível de educação financeira dos professores é majoritariamente insuficiente para enfrentar a complexidade das demandas financeiras atuais. Metade dos entrevistados considera possuir apenas conhecimento básico sobre finanças pessoais, 36,4% se classificam em nível intermediário, apenas 4,5% se julgam detentores de conhecimento avançado e 9,1% declararam não possuir qualquer conhecimento. A baixa adesão a cursos formais de educação financeira, confirmada por apenas 13,6% dos docentes, reforça essa percepção.

Outro dado relevante é que 72,7% dos professores afirmam não compreender como funcionam os juros compostos, o que limita severamente sua capacidade de avaliar tanto o impacto do endividamento de longo prazo quanto às oportunidades de investimento. Além disso, uma parcela considerável declara não conhecer os tipos de investimentos disponíveis ou ter apenas um conhecimento superficial, restrito majoritariamente à poupança. Essa limitação cognitiva impede a construção de estratégias financeiras voltadas para a formação de patrimônio e o fortalecimento da segurança econômica, corroborando os achados de Menezes et al. (2020) e de Lusardi e Mitchell (2014).

Essa realidade se alinha ao que demonstram Lusardi e Mitchell (2014), cujos estudos indicam que o analfabetismo financeiro tem correlação direta com o uso descontrolado do crédito, a ausência de formação de patrimônio e a dificuldade em compreender conceitos

fundamentais como juros compostos, inflação, rentabilidade e gestão de risco.

A despeito dessa limitação, a pesquisa revela uma alta disposição para participar de programas de educação financeira, com média de 4 em uma escala de 1 a 5, o que sugere um caminho viável para políticas públicas e intervenções institucionais. Estudos como os de Gouveia, Lima e Araújo (2021) e Pires e Souza (2020) indicam que ações estruturadas de educação financeira, quando aplicadas a servidores públicos, não apenas contribuem para reduzir o endividamento, mas também promovem ganhos diretos na qualidade de vida, na saúde mental e no desempenho profissional.

Sobre o repasse do conhecimento financeiro às gerações futuras, observa-se que 28,6% dos professores afirmaram ensinar de forma regular, enquanto a maior parte (47,6%) o faz de forma ocasional. Apenas 14,3% declararam não ensinar, mas ter a intenção de ensinar, e 9,5% afirmaram não ter filhos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece o papel da escola e da família na formação de cidadãos financeiramente conscientes (Brasil, 2018), e os dados da pesquisa sugerem que, embora haja avanços, ainda existe espaço para fortalecer esse processo educativo.

A análise dos dados revela que 81,8% dos professores acreditam que a implementação de políticas públicas voltadas para a educação financeira contribuiria significativamente para melhorar sua organização financeira e reduzir seu nível de endividamento, enquanto apenas 18,2% não reconhecem essa influência de forma direta. Este dado reflete uma percepção coletiva bastante consolidada sobre a relevância de programas institucionais de educação financeira na vida dos servidores públicos.

Esses achados dialogam diretamente com os estudos de Gouveia, Lima e Araújo (2021) e Pires e Souza (2020), os quais afirmam que programas de educação financeira promovidos por instituições públicas não apenas melhoram a organização financeira individual, mas também reduzem os índices de endividamento e promovem maior bem-estar econômico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção da educação financeira e o nível de endividamento dos professores da rede municipal de ensino de Nortelândia-MT. A análise dos dados coletados revelou que o endividamento é uma realidade significativa entre os docentes, com elevados índices de comprometimento da renda e baixa capacidade de quitação das dívidas. O uso intensivo de modalidades de crédito como financiamento e crédito consignado evidencia uma relação fragilizada com o planejamento financeiro e uma dependência preocupante de recursos externos.

Verificou-se também a ausência de reservas de emergência e o uso limitado de ferramentas de controle financeiro por grande parte dos respondentes, o que acentua o risco de perpetuação do endividamento. Embora muitos professores relatem não perceber o estresse profissional e os problemas familiares como fatores diretamente associados ao endividamento, é importante considerar que impactos indiretos podem existir e comprometer o equilíbrio financeiro pessoal.

Quanto ao nível de educação financeira, os resultados indicam conhecimento superficial ou básico, além de um baixo percentual de docentes que participaram de cursos formais sobre o tema. A

escassa compreensão sobre conceitos como juros compostos e tipos de investimentos limita a autonomia dos professores na tomada de decisões financeiras. Ainda assim, a pesquisa revelou uma disposição significativa para participar de políticas públicas de educação financeira nas formações continuadas e uma visão positiva sobre a importância dessas iniciativas na redução do endividamento.

Destaca-se também o papel potencial dos professores como multiplicadores do conhecimento financeiro. A maioria afirma ensinar educação financeira aos filhos de forma ocasional, o que representa uma oportunidade valiosa para fortalecer a cultura do planejamento e da responsabilidade financeira desde as primeiras fases da vida.

Dessa forma, os dados obtidos reforçam a necessidade de ações estruturadas e contínuas de capacitação em educação financeira voltadas aos servidores públicos da educação. A valorização dessa competência pode contribuir não apenas para a melhoria da qualidade de vida dos docentes, mas também para a formação de uma sociedade mais consciente, equilibrada e menos vulnerável ao endividamento crônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Educação financeira para o consumidor: guia de orientações**. Brasília: BACEN, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

BARROS, D. L.; SILVA, R. A. **Perfil socioeconômico e endividamento dos servidores públicos: uma análise dos profissionais da**

educação. Revista de Administração Pública, v. 55, n. 4, p. 678-699, 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/CNE, 2018.

CARVALHO, J. A.; SANTOS, M. F.; LIMA, R. M. **Endividamento e qualidade de vida dos servidores públicos brasileiros.** Revista de Administração Pública, v. 57, n. 2, p. 245-270, 2023.

DAUD, N. M. et al. Financial vulnerability among Malaysian households: evidence from debt service ratio analysis. **Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance**, v. 15, n. 1, p. 105-128, 2019.

GOES, R. F.; TEIXEIRA, E. M. Educação financeira e qualidade de vida: análise dos impactos em servidores públicos. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 3, p. 456-478, 2022.

GOUVEIA, V. V.; LIMA, M. L. A.; ARAÚJO, R. M. Educação financeira e comportamento de consumo: evidências em servidores públicos. **Revista Gestão & Sociedade**, v. 15, n. 43, p. 3562-3583, 2021.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

MENEZES, A. A.; FERREIRA, J. R.; SILVA, M. A.; SOUZA, C. R. Literacia financeira e seu impacto no comportamento financeiro dos brasileiros. **Revista de Educação Financeira**, v. 2, n. 1, p. 45-68, 2020.

NASCIMENTO, R. L.; ALMEIDA, F. J.; LIMA, M. A. Impacto do endividamento na saúde mental e nos relacionamentos familiares de servidores públicos. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, p. 1-18, 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Paris: OECD, 2005.

OLIVEIRA, C. S.; SOUZA, P. F. Perfil socioeconômico de servidores públicos da educação e seus impactos financeiros. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-20, 2021.

OLIVEIRA, R. A.; PONTES, L. A. Endividamento dos servidores públicos brasileiros: uma análise do crédito consignado. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 25, p. 1-24, 2022.

PIRES, D. A.; SOUZA, M. L. A influência da educação financeira na gestão de finanças pessoais de servidores públicos. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 12, n. 3, p. 226-244, 2020.

SILVA, D. C.; SANTOS, R. F. A ausência de reservas financeiras e o ciclo de endividamento dos servidores públicos. **Revista Brasileira de Finanças Públicas**, v. 10, p. 99-120, 2021.

SILVA, E. R. Educação financeira e endividamento: um estudo com servidores públicos da Universidade Federal do Ceará. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 5, p. 897-915, 2019.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2015.

¹ Discente do Curso de Administração. UNEMAT. Diamantino-MT. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestre em Ciências Contábeis pela Fucape Business School. Vitória – ES. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)